



**O “ROMANCE PORTUGUÊS DE RETORNADOS” – A VIAGEM DE
RETORNO AO IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS**

*THE “PORTUGUESE RETURNEES NOVEL” - THE JOURNEY OF RETURN
TO THE PORTUGUESE COLONIAL EMPIRE*

*LA “NOVELA PORTUGUESA DE REPATRIADOS” - EL VIAJE DE REGRESO
AL IMPERIO COLONIAL PORTUGUÊS*

Tania Macêdo¹

RESUMO:

O texto reflete sobre o papel desempenhado pelo chamado “romance português de retornados” na galeria das imagens imperiais ainda vigentes em Portugal, Nesse sentido, a narrativa das desventuras das personagens em sua chegada à metrópole, segundo entendemos, marca uma viagem de regresso ao espaço de direito do colono, mesmo que ele não queira reconhecê-lo em seus textos.

PALAVRAS-CHAVE: romance português de retornados, império colonial português, António Lobo Antunes, Dulce Maria Cardoso, Isabela Figueiredo.

ABSTRACT:

The text reflects about the role played by the so-called “Portuguese returnees novel” in the gallery of imperial images still in force in Portugal. In this sense, the narrative of the characters’ misfortunes on their arrival in the metropolis, as we understand it, marks a return trip to the settler’s rightful space, even if he doesn’t want to recognize it in his text.

KEYWORDS: *The Portugueses returnees novel, Portuguese colonial empire, António Lobo Antunes, Dulce Maria Cardoso, Isabela Figueiredo*

RESUMEN:

El texto reflexiona sobre el papel que desempeña la llamada “novela portuguesa de repatriados” en la galería de imágenes imperiales aún vigentes en Portugal. En este sentido, la narrativa de las desgracias de los personajes que llegan a la metrópolis marca, en nuestra evaluación, un viaje de regreso al espacio de derecho del colono, aunque él no lo quiera reconocer en sus textos.

PALABRAS-CLAVE: *Novela portuguesa de repatriados; imperio colonial portugués, António Lobo Antunes, Dulce Maria Cardoso, Isabela Figueiredo*

¹ Universidade de São Paulo. E-mail: taniamacedo@usp.br



Para entendermos o fenômeno dos “romances do retornados”, que focalizam os acontecimentos de 1975 em Portugal e tematizam a volta de antigos colonos portugueses do Império colonial à ex-metrópole, cremos ser necessário pensar a presença portuguesa no território africano – já que privilegiaremos textos que falam do continente – a partir da seguinte frase: os portugueses foram os primeiros a chegar e os últimos a partir. Com efeito, cronologicamente as caravelas portuguesas aportaram em África em meados do século XIV e os colonizadores portugueses só saíam do continente em 1975, constituindo o último Império a deixar a África.

A empresa colonial portuguesa ensejou vários escritos em que o gesto de reconhecimento da alteridade dos lugares (e de suas gentes) a que chegaram os europeus fossem escritos com a pena do heroísmo (“em perigos e guerras esforçados,/Mais do que prometia a força humana” – para lembrar Camões) e a tinta do exotismo, fazendo com que a conquista e a pilhagem, por exemplo, se transformassem em viagem monumental. E se algumas vezes faltou fôlego aos conquistadores, o Império não deixou de criar prêmios que pudessem, pela literatura, “intensificar por todos os meios a propaganda das (...) colônias e da obra colonial portuguesa... considerando que este gênero de literatura está muito pouco desenvolvido entre nós, provavelmente por falta de estímulo e iniciativa.” (BOLETIM AGÊNCIA-GERAL DAS COLÓNIAS, 1926, p. 169).

E nasceu assim, atendendo aos desígnios estatais, a literatura colonial portuguesa. Se os textos abrigados sob essa nomeação exaltam as viagens e os feitos dos colonos ao “levarem a civilização, a lei e a ordem” aos mais distantes rincões, interessa-nos aqui, todavia, pensar a respeito de outra narrativa, nossa contemporânea, que tenta dar conta de uma viagem em sentido oposto: a chegada dos colonos à metrópole no momento da libertação das antigas colônias. Esse deslocamento, segundo entendemos, desvenda um mundo onde as prerrogativas do branco colonizador não existiam e no qual os antigos heróis enfrentariam as hostilidades dos moradores em Portugal que temiam pelos seus empregos em face da grande onda migratória a qual, segundo o estudo de Rui de Pires (1984), abrangia cerca de quinhentos mil pessoas. Na senda de Blanchard, pode-se dizer que esses embates acabam por inscrever, “de forma definitiva, a identidade colonial (e sua história) no coração da nação” (BLANCHARD et alii, 2011, p. 223), na medida em que desmascaram o “Portugal Uno, do Minho ao Timor”, slogan que frequentava os corações, mentes e todos os livros escolares de Portugal e das colônias antes das independências.

Iluminar romances que centram seu enredo nesse movimento de regresso do colono, que poderia ser batizado, de forma algo paródica como o do “regresso das caravelas”, é um contributo para pensar alguns dos fios com que se tece e teceu o Império Colonial Português.

Para entendermos um pouco o contexto a que alude constantemente esse romance português que trata dos retornos, façamos uma pequena digressão histórica.

As independências africanas, o império encaixotado e a viagem do retorno

A independência das ex-colônias portuguesas constituiu um processo sangrento, na medida em que houve um longo período de lutas que se iniciou em 1961 e se estendeu aos anos 1970, quando foram oficialmente declaradas as independências dos países africanos de língua portuguesa: Guiné-Bissau a 10 de setembro de 1974², Moçambique a 25 de junho de 1975 e no mesmo ano Cabo Verde a 05 de julho, São Tomé e Príncipe a 12 de julho e finalmente Angola a 11 de novembro.

A proclamação tardia da independência de Angola pode ser creditada às disputas entre três movimentos de libertação (Movimento Popular de Libertação de Angola – MPLA, apoiado pela então União Soviética; Frente Nacional de Libertação de Angola – FNLA com apoios inicialmente da China e depois dos Estados Unidos, e a União Total para a Independência de Angola – UNITA, que recebeu suporte militar dos Estados Unidos e da África do Sul).

Na luta pelo domínio do novo Estado, estala uma guerra intestina: desde fins de setembro de 1975 havia combates entre os três movimentos nas ruas das principais cidades de Angola, mais especialmente na capital, em Uíje, Malanje, Huambo e Benguela, e o cenário era volátil. A este perigo real junta-se uma outra variante no intrincado palco do poder em Angola, já que a União Soviética e Cuba fazem pender a balança para o MPLA, mais à esquerda no espectro político dos movimentos de libertação. Nesse momento, vários colonos decidem partir. Alguns deles, por temerem por suas vidas, no quadro da guerra acesa entre os movimentos de libertação; muitos, porém, por recearem o fim dos privilégios e a perda de bens e propriedades, pois a conjuntura apontava para uma proposta socialista nos rumos do país.

O êxodo, que já começara timidamente após o 25 de abril, torna-se enorme e há a necessidade de instaurar uma ponte aérea entre Luanda e Lisboa, assim como entre Maputo e a capital europeia, a fim de embarcar os retornados³ à ex-metrópole. Os colonos procuram levar o máximo que podem para seu novo destino. O símbolo desse movimento são os caixotes de madeira compensada que levam seus pertences. Segundo Rita Garcia, esses caixotes, feitos na azáfama da partida,

mais pareciam casas e arrumavam lá tudo, da geleira ao fogão, passando pelo mais simples tareco. (...) Nos quintais ou em plena rua, o barulho dos martelos estendia-se até altas horas da madrugada e só cessava quando o trabalho estava pronto. (...) As famílias mais endinheiradas tinham contentores maiores e de melhor qualidade, com tamanho suficiente para arrumar o conteúdo de salas, quartos e cozinhas, incluindo sofás, roupeiros, mesas, frigoríficos, có-

2 Ainda que a independência tenha sido declarada unilateralmente em 24 de setembro de 1973.

3 Oficialmente, os retornados nasceram em março de 1975, através do Decreto n.º 169/75 que criou o IARN - Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais. Assim, retornado era o cidadão português que residiu e regressou das ex-colônias e necessitava de apoio.

modas, fotografias de casamentos e das principais etapas da vida dos filhos, cadeiras de braços, tapeçarias, vasos e até flores artificiais. Os mais pobres aproveitavam os materiais que apanhavam para fazer os seus caixotes e punham lá dentro o que coubesse. (GARCIA, 2011, p. 157-157)

Se nos caixotes os colonos procuravam embalar os bens (poucos ou muitos) amealhados em África, neles estava também, simbolicamente, o Império que ruíra. A sua saída da África ratificava o reconhecimento de que a sua pátria era Portugal, ainda que o território com o qual a maioria se identificasse fossem as terras angolanas, moçambicanas, guineenses, santomenses ou caboverdianas.

Nesse sentido, o regresso é um choque, e, por isso, enseja uma memória do território que fora deixado como o do Éden. Se por um lado realmente o era, quando pensamos nos privilégios deixados para trás, por outro a violência do colonialismo é rasurada e, em seu lugar, desenha-se nas mentes dos retornados um paraíso terrestre de harmonia em que a guerra pela libertação sobretudo em Angola e Moçambique confunde-se deliberadamente com as lutas intestinas africanas e constrói-se uma vitimização do retornado, que falseia a história. De forma aguda Eduardo Lourenço aponta que, dessa forma, o processo de “descolonização”⁴ foi acompanhado “das mesmas ficções, dos mesmos fantasmas que durante séculos estruturaram a existência sonâmbula do nosso colonialismo inocente” (LOURENÇO, 2014, p. 212).

E então surgem a nostalgia primeiro, a exaltação compensatória do retornado depois, ambas regidas por uma memória seletiva na qual se cruzam os mundos privados dos que viveram na África, com o mundo público da história que dele se conta. E aqui a designação de “retornado” acaba por cobrir um amplo espectro, que abarca brancos e negros, indivíduos com muitas ou poucas posses, mas que se identificam pelo mesmo discurso de perda e abandono pelo Estado do qual teriam sido vítimas. Assim, advogam terem sido obrigados a sair da África deixando ali todas as suas posses e, dessa forma, apontam o caráter discriminatório que a nomeação “retornado” guarda, conforme aponta a estudiosa Sheila Khan:

O retorno para quem e em que medida, se para muitos dos portugueses que viveram e cresceram, seja em Angola, seja em Moçambique, a metrópole surgia nas suas mentes como uma constelação geográfica, cultural e cartográfica remota e quase mitológica? (KHAN, 2012, p. 128)

Dada toda argumentação que expusemos até o momento, parece-nos difícil não utilizar o termo retornado, já que, para além da instância individual, somos obrigados a questionar sobre o tipo de “africano” que os mesmos seriam. E a resposta não tarda: não sendo assimilados ou indígenas, são europeus que possuem status diferenciado do restante da população, o que

4 Eduardo Lourenço lucidamente questiona se é possível usar essa denominação, na medida em que não existiu de fato um projeto de conversão do antigo estatuto colonial em outro.

lhes possibilitaria uma vida econômica, jurídica e socialmente mais desafogada. Portanto, sob uma perspectiva social, esses indivíduos quando deixam Angola, retornam ao continente a que sempre pertenceram, ainda que nunca tenham posto lá os pés⁵.

Uma literatura de retornos

Se o termo “retornado” carece de contornos mais nítidos no cenário da derrocada nominal do Império colonial, as narrativas literárias portuguesas que envolvem esses fenômenos são bem definidas, na medida em que apresentam em sua maioria uma mesma estrutura e os mesmos motivos, entre os quais avulta um duplo movimento das personagens: a saída da África e o retorno à mesma. Comum a todas as narrativas, com poucas exceções, é a atmosfera melodramática, com efeitos fáceis e conhecidos de envolvimento do leitor, buscando induzi-lo à empatia com personagens e narrador a partir de um sentimentalismo exagerado. Assim, a linearidade do relato, personagens planas e positivas, narrador em primeira pessoa o qual, apesar de seu campo de visão estreito, é capaz de proferir verdades insofismáveis, ao lado da afirmação do caráter verídico do narrado, constroem romances com uma linguagem fácil e popular avidamente lidos pelo público.

O longo tempo que medeia a publicação dos “romances de retornados” e os acontecimentos que os teriam motivado, – mais de vinte anos – longe de possibilitar a decantação dos acontecimentos de 1975 e conseqüente reflexão sobre o colonialismo, acabou por substituir o silêncio sobre os fatos daquele período pela visão individual, edulcorada e sentimental, como numa espécie de renúncia definitiva à reflexão. A notar que o fenômeno editorial que envolve o que se chamou de “romance de retornados” ainda está em curso, pois a venda de narrativas e reportagens sobre o tema é notável e mobiliza leitores e a crítica.

Sem a capacidade de revisitar criticamente o passado, somente muitos anos depois de já terem uma posição consolidada na sociedade portuguesa, os retornados e/ou seus filhos começarão a contar e a consumir as suas histórias em programas de rádio ou telenovelas, mas, sobretudo, inundando as livrarias portuguesas com “livros [de] capas em tom sépia, postais ilustrados com imagens nostálgicas de uma África que não existe mais” (RIBEIRO, 2010), constituindo aquilo que a imprensa portuguesa chamou de “marketing da nostalgia”.

Dentre os numerosos “romances de retorno” focalizando Angola e Moçambique, publicados em Portugal a partir dos anos 2000, poucos são os que apresentam qualidade literária

5 A labilidade da conceituação e do status dos retornados, que em última instância define um posicionamento ideológico, pode ser verificada, por exemplo, com a fundação da Associação dos Espoliados de Angola (AEANG), em 22 de Outubro de 1987, no 9º Cartório Notarial de Lisboa, a qual tem por objetivo “a defesa dos interesses de todos os Portugueses, seus associados, que foram traídos e forçados a deixarem Angola, para não serem mortos nem apodrecerem nas masmorras do inimigo.” (Disponível em: <http://www.aeang.com/estatutos.html>. Acessado em 24/04/2020)

evidente. A maioria dos textos constitui folhetins melodramáticos, escritos por autores que, sob o manto da verdade biográfica, deixam à margem a preocupação estética e em seu lugar procuram ganhar a atenção dos leitores com a descrição do sofrimento dos protagonistas. É difícil aquilatar, entre tantos lances melodramáticos, um deles que se sobreponha. Mas o final da personagem Pedro Rico em *A casa das rugas* (2004), de Eduardo Bettencourt Pinto, é difícil de ser esquecido: a personagem falece de frio, em Lisboa, enrolado em um exemplar do jornal *O retornado*.

A posição ideológica é também similar nesses romances: trata-se de condenar o governo que ascende no 25 de Abril quer pela perda das colônias, quer pela desatenção aos retornados. Um exemplo do que afirmamos pode ser visto no romance *Os retornados. Um amor nunca se esquece* (2008), de Júlio Magalhães, talvez o livro mais consumido sobre o assunto em Portugal (com 16 edições e mais de 60 mil exemplares vendidos). Ali, a certa altura, uma personagem afirma:

Estou cá [em Luanda] desde 1992, com uma empresa dignamente instalada e próspera. Foram anos e anos de muito trabalho e muitos sacrifícios. A minha família mantém-se no Porto. Sabe o que acontece hoje em dia. A grande maioria das pessoas que vivem em Portugal é iludida com negócios de fortuna fácil. Muitos chegam com esperanças de enriquecer mas regressam pior do que estavam. Julgam que chegaram a um país onde quem tem um olho é rei. Mas Angola precisa é de gente que venha para cá trabalhar com dignidade, de forma limpa, e que se integre nessa sociedade (...) (MAGALHÃES, 2011, p. 298)

O discurso triunfalista, afinal, não se distancia das assertivas dos colonizadores dos séculos XIX e XX, pois, como aqueles, os sujeitos do presente explicitam o sucesso atingido com o “trabalho honesto” e com “sacrifícios”. Não há nostalgia, mas sim uma suspensão do tempo, igualando-se o passado colonial ao presente.

As exceções ao quadro acima descrito levam-nos a dar relevo a dois romances que, pela qualidade estética e pela forma como abordam a questão colonial, guardam uma enorme distância daqueles do “marketing da nostalgia”: *As naus*, de Lobo Antunes, e *cadernos de memória colonial*, de Isabela Figueiredo. Citaremos também, mas de passagem, as narrativas *O regresso*, de Dulce Maria Cardoso, e *As sete estradinhas de Catete*, de Paulo Bandeira Faria.

O romance de Lobo Antunes, *As naus*, publicado em 1988 e, portanto, com a primazia de tratar o tema dos retornados, o faz em tom satírico, demarcando-se dos textos que se convencionou chamar de “romance de retornados” posteriormente. A começar pela negação do discurso autobiográfico⁶, pois a narrativa desenha um painel dos resultados das navegações a

6 Ainda que Lobo Antunes tenha estado em África, na chamada Guerra Colonial, como médico.

partir das histórias dos que voltaram dos mais distantes pontos do Império destruído, investindo contra praticamente todos os vultos do período da expansão cultuados pela historiografia oficial portuguesa. Dessa forma, Camões é apresentado como “(...) homem de nome Luís a quem faltava a vista esquerda”, que “permaneceu no Cais de Alcântara três ou quatro semanas, pelo menos, sentado em cima do caixão do pai” (LOBO ANTUNES, 1988, p. 19) e que “urina à sombra de uma camioneta de fruta e enquanto desabotoava a braguilha” (LOBO ANTUNES, 1988, p. 23); Vasco da Gama um jogador trapaceiro, aposentado de um fábrica de rótulos de cerveja; Diogo Cão, um velho ensandecido, contador de “umas pobres histórias inventadas de cômico velho, que adormecia a babar-se a meio dos relatos” (LOBO ANTUNES, 1981, p. 151) e que trabalhara com fiscal da Companhia das Águas em Luanda.

Como se pode notar da enumeração acima, nenhuma das figuras portuguesas de destaque na história das grandes navegações fica à margem da sanha paródica do narrador, que faz com que todos se encontrem em uma Lisboa caótica onde sábios genoveses, reis, marinheiros das caravelas e pilotos de aeronaves, cineastas espanhóis e poetas contemporâneos cruzem-se incessantemente, sob prédios em ruínas, em bondes superlotados, nos guichês da burocracia, em carruagens setecentistas, nos cabarés decadentes, nos hotéis para retornados ou viajando por autopistas moderníssimas. É como se Lisboa tivesse sofrido um cataclismo e, após um terremoto, as portas de todos os museus, de todos os cemitérios e igrejas se abrissem e delas saíssem os lázaros cômicos dos séculos XV, XVI e XVII e se misturassem ao mundo contemporâneo.

É interessante notar que Lobo Antunes escolhe para suas personagens os cenários emblemáticos das histórias de retorno, como o Cais, onde os caixotes dos retornados estiveram por grande tempo, modificando a paisagem do Padrão dos Descobrimentos, ou os hotéis para onde os que chegavam da África foram enviados pelo IARN - Instituto de Apoio ao Retorno dos Nacionais. Dessa forma, instaura-se a atmosfera de feira em praça pública, de carnavalização, onde o riso corrosivo destrói mitos e feitos heroicos, expondo sob o sol da história revisitada os andrajos e sandices de antigos conquistadores de impérios, as coroas de lata de Dom Manuel e Dom Sebastião, o brilho das pedras falsas dos anéis de antigos nobres, transformando a glória literária nacional em um volume de bolso, com “dançarinas nuas na capa”.

Se em *As naus* todas as personagens e espaços encontram-se em permanente agitação, em uma satura (ou mistura) de tempos e paisagens, também o discurso da narrativa nega-se à univocidade ao remeter a referências paródicas de outros textos (*Os Lusíadas*, de Camões, a *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto ou o *Cancioneiro*, de Lorca). Os planos se entrecruzam, inexistindo lugares definidos para o elevado e o baixo, para o cômico e o sério, para a visão oficial dos fatos e sua livre recriação, para o texto e o intertexto. Nesse turbilhão que despreza a cronologia, cidades como Luanda, Bissau, Macau, Praia e Beira são flagradas no momento de sua autonomia da metrópole e de se tornarem finalmente sujeitos de sua própria história. Não há piedade para com o Império.

Nesse sentido, um livro como *A balada do ultramar* (2009), de Manuel Acácio é uma espécie de antípoda de *As naus*, quer pela simplicidade da trama, quer pela exaltação da missão colonizadora e da referência aos grandes nomes do Império como exemplos a serem perseguidos, como se pode ler no seguinte excerto:

Nós somos os herdeiros dos que partiram nas caravelas. Sonhámos futuros impossíveis e cumprimos a sina revelada nos textos onde o Padre António Vieira afirma que nascer pequeno e morrer grande é chegar a ser homem, e foi por isso que Deus nos deu tão pouca terra para o nascimento e tantas para a sepultura: deu-nos Portugal para nascer e o mundo inteiro para morrer. (ACÁCIO, 2009, p. 95)

Em outras palavras, o que é fustigado e colocado em ridículo em *As naus* assume papel de relevo no romance de Acácio e, nesse movimento de exaltação da pátria portuguesa, o que acaba por se revelar é um saudosismo imperial.

Em nome do pai

Assim como em *As naus*, nos romances de retornado há uma personagem focalizada insistentemente: o pai. Se na narrativa de Lobo Antunes ele é um estorvo putrefato, em outras é um ser querido e esperado com ansiedade, como em *O retorno* (2011), de Dulce Maria Cardoso. Esta narrativa, considerada por muitos críticos como uma das melhores que focalizam o retorno, tem na voz narrativa a sua maior força, já que como outros romances, é narrado em primeira pessoa, mas se trata aqui de um adolescente que, em sua procura por entender as mudanças a que está submetido, acaba por iluminar o ambiente – o hotel em que mora com a mãe e a irmã, a escola, o bairro – e os amigos com luzes diferentes da dos adultos. O fato de esse narrador não ter uma postura a priori frente à realidade, desenha de forma bastante intensa e afetiva o cotidiano dos retornados em Lisboa, instaurando um elemento que os “romances de retornados” não conseguem elaborar: uma certa ambiguidade frente ao entendimento dos “ventos da história”.

Se por um lado o grande trunfo do livro é a ficcionalização da memória - na medida em que o jovem Rui toma o lugar de Dulce Maria Cardoso, ela própria com uma biografia atribulada já que, nascida em Trás-os-Montes, foi para Angola aos seis meses e retorna a Lisboa com 11 anos, em 1974 -, por outro a visão do adolescente despreparado permite um discurso em que a emoção aflora e chega a diminuir a reflexão:

Não, a metrópole não pode ser como hoje a vimos. A prova de que Portugal não é um país pequeno está no mapa que mostrava quanto o império apanhava da Europa, um império tão grande como daqui até à Rússia não pode ter uma metrópole com ruas onde mal cabe um carro, não pode ter pessoas tristes e feias, nem velhos desdentados nas janelas tão sem serventia que nem para a morte têm interesse. (CARDOSO, 2011, p. 84)

Nesse sentido, somos tentados a ver aflorar, nos interstícios da visão de Rui, a tese de que os retornados foram injustiçados, na medida em que Angola era a sua terra de pertença e a metrópole lhe era alheia, uma espécie de cartão postal, uma miragem. A questão que essa perspectiva abre a uma possível interpretação é a de uma falta de responsabilidade dos colonos frente ao fato colonial, assim como a rasura das benesses que foram usufruídas e do status de homem branco em uma colônia.

Merece especial interesse na narrativa a figura paterna, pois sua chegada restitui a ordem que fora abalada com a saída de Angola, já que Rui, sua mãe e sua irmã vão para a metrópole, porém a captura do pai pelas forças pró-independência retarda o encontro definitivo da família. As marcas da tortura no corpo de Mário, o pai, e seu silêncio sobre o que ocorrera em Angola despoletam em seu filho adolescente um sentimento difuso de injustiça. Dessa forma, se os fatos não são questionados por Rui, a vitimização do pai não deixa dúvidas. Ele fora vilipendiado e não tinha culpa. Não se trata aqui de um corpo putrefato, como o da figura paterna no *Camões* da obra de António Lobo Antunes, mas do corpo injustamente marcado pelos movimentos independentistas, como talvez o fosse, para alguns, o Império português.

Diferente da força agregadora que a figura paterna exerce no romance de Dulce Maria Cardoso, em *As sete estradinhas de Catete* (2007), de Paulo Bandeira Faria, o mundo do menino Guilherme se constitui e se questiona a partir dos problemas de Angola e do desmoronar do casamento de seus pais, Alice e Gustavo. Neste romance o pai e o mundo colonial são primeiramente aceitos como elementos organizadores de sua realidade, para depois serem profundamente questionados, na medida em que o progenitor, piloto da Força Aérea Portuguesa, participa do bombardeamento de aldeias do interior angolano com napal e de outros cenários da guerra colonial portuguesa.

Em lugar da atmosfera melodramática de vários romances de retorno, o texto de Faria traz a violência tanto na tortura de adultos, como também no universo infantil, como na passagem em que os meninos da escola batem e maltratam um calouro negro e fazem-lhe as “sete estradinhas de catete”:

Atiram-no ao chão e, para que se acalme, dão-lhe biqueiradas. Quando o lábio aparece cortado, sentam-no, mantendo sempre seguros os braços, pois já se serviu deles para distribuir uns bons murros. Então, a tesoura entra em ação e, partindo de uma clareira no alto da cabeça, vão fazendo sete carreirinhos, um para a testa, outro em direção ao olho direito, logo o esquerdo, e as orelhas, os dois últimos para a nuca. A operação desenrola-se lentamente e há, agora, uma estranha quietude: todos observam os olhos imóveis do rapaz. (BANDEIRA, 2007, p. 207).

A violência, tanto verbal quanto temática, está presente em uma outra narrativa paradigmática quanto à figura paterna. Trata-se de *Caderno de memórias coloniais* (2010),

de Isabela Figueiredo. A narrativa refere-se a uma vivência em Moçambique, e nela a ironia, a reflexão a cada acontecimento relatado e uma auto-análise recorrente do narrador fazem do texto um dos mais agudos relativamente à colonização portuguesa na África. Veja-se, por exemplo, o trecho inicial do *Caderno*:

Manuel deixou o seu coração em África. Também conheço quem lá tenha deixado dois automóveis ligeiros, um veículo todo-o-terreno, uma carrinha de carga, mais uma camioneta, duas vivendas, três machambas, bem como a conta no Banco Nacional Ultramarino, já convertida em meticais. Quem é que não foi deixando os seus múltiplos corações algures? (FIGUEIREDO, 2015, p. 37)

A ironia, ao mesclar sentimentos e bens materiais deixados na ex-colônia, prepara o leitor para o relato sem meias tintas sobre as assimetrias da relação colonial que o texto apresenta. A figura paterna, em uma prosa cujas características são a reflexão e a crítica ácida, não deixa dúvidas quanto a sua aproximação à violência colonial. Dessa forma, apesar de eletricitista pobre,

(...) corria a cidade o dia inteiro, de um lado ao outro, a controlar o trabalho da pretalhada, a pô-los na ordem com uns sopapos e uns encontrões bem assentes pela mão larga, mais uns pontapés, enfim, alguma porrada pedagógica, o que fosse necessário à fluidez do trabalho, cumprimento dos prazos e eficaz formação profissional indígena. (FIGUEIREDO, 2015, p. 48).

A fluidez do relato, com períodos curtos e uso da parataxe, aliada à ironia, instaura a aproximação e distanciamento da protagonista com seu pai, na medida em que apesar da afeição que lhe devota, não abre mão de apontar os seus desmandos. Será nesse duplo movimento de aproximação afetiva e distanciamento crítico que o texto focaliza aspectos da vida colonial que os demais romances de retorno elidem ou apenas referem (como *As sete estradinhas de catete*): a subserviência feminina, a vida familiar sob a égide masculina, a sexualidade reprimida e a brutalidade naturalizada no trato com o colonizado. Não há lugar para o “colonialismo ingênuo” de que nos fala Eduardo Lourenço. Em seu lugar há o colono que não se modifica: “Com ou sem independência, um preto era um preto e meu pai foi colono até morrer.” (FIGUEIREDO, 2015, p. 149). A partir da figura paterna, Isabela Figueiredo realiza o doloroso e necessário exercício de mirar-se no espelho da História e não hesita em nomear, sem peias, os fenômenos pelos seus nomes: colonizador, colonizado, brutalidade, Império Colonial.

Antes de um ponto final de nossa curta jornada pelas páginas dos chamados romances de retornados, vale viajar para uma outra vereda que, de certa maneira, complementa e justifica nossa leitura dos textos aqui citados: as reações suscitadas pela exposição “Retornar–Traços de Memória”, realizada pelo Centro de Estudos Comparatistas da Universidade de Lisboa, entre

novembro de 2015 e fevereiro de 2016, sob a coordenação da pesquisadora Elsa Peralta⁷, em Lisboa. Tivemos a oportunidade de lá estar várias vezes e compartilhar o drama individual dos que abandonaram uma parte substantiva de suas vidas em terras africanas e que no recinto da exposição visivelmente lutavam para não chorar e deixaram no livro de sugestões verdadeiros testemunhos de seus sofrimentos.

Creemos que a oportunidade de acompanhar a referida exposição desde os seus primeiros dias até o fechamento pode nos fornecer a compreensão do drama humano que se desenrolou com os colonos logo depois da independência dos países africanos. E, por mais estranho que possa parecer, esse fato tornou nossa análise dos romances mais inflexível, na medida em que pensamos que o sofrimento acabou por engendrar textos literários que cedem a uma facilidade de forma e simplismo de reflexão que não fazem jus aos percalços sofridos por aqueles que retornaram. Pode-se mesmo afirmar que nessas narrativas há uma negação em enfrentar os fantasmas do passado para prosseguir para um futuro, como se seus autores estivessem encarcerados em uma cripta, retornando sempre e sempre ao seu passado, incapazes de entender e discutir efetivamente o fenômeno colonial. O livro de comentários existente na saída da exposição, que acompanhamos a cada nova visita, corrobora essa perspectiva: “Eles estavam melhor conosco” (que provocou numerosas aprovações), “Angola é a minha terra. Sou espoliada de guerra” ou “As feridas ainda não sararam”. Assim como a leitura dos romances, as palavras deixadas pelos visitantes permitiram verificar que é o ressentimento que substitui uma discussão musculada que não houve na sociedade portuguesa até o momento.

Nesse sentido, podemos dizer que romances como *As naus*, *As sete estradinhas de catete* ou ainda *Caderno de memórias coloniais*, em sua denúncia sobre a violência do Império Colonial Português, contribuem para discutir de forma consequente questões que, infelizmente, ainda estão ausentes dos grandes debates nacionais.

Referências

ANTUNES, António Lobo. **As naus**. Lisboa: Dom Quixote, 1988.

BLANCHARD, P.; LEMAIRE, S. **Culture impériale** (1931-1961). Paris: Ed. Autrement, 2004.

BOLETIM DA AGÊNCIA-GERAL DAS COLONIAS. Lisboa: Agência-geral das colonias, Ano II, janeiro 1926, nº 7.

⁷ Site da exposição: <http://tracosdememoria.letras.ulisboa.pt/pt/exposicoes/exposicoes-passadas/retornar-tracos-de-memoria/>

CARDOSO, Dulce Maria. **O retorno**. Lisboa: Tinta da China, 2011.

FARIA, Paulo Bandeira. **As sete estradinhas de Catete**. Porto: Quidnovi, 2007

FIGUEIREDO, I. **Caderno de memórias coloniais**, 6ª ed. Revista e aumentada. Lisboa: Leya, 2015.

GARCIA, Rita. **Os que vieram de África** (O drama da nova vida das famílias chegadas do ultramar). Lisboa: Oficina do livro, 2012.

KHAN, Sheila. Identidades sem chão – Imigrantes afro-moçambicanos: Narrativas de vida e de identidade, e percepções de um Portugal pós-colonial. In: **Luso Brazilian Review**, vol. 43, nº 2, University of Winsconsin Press, Winsconsin, 2006, p. 1-26.

LOURENÇO, Eduardo. Retrato (póstumo) do nosso colonialismo inocente I. **Crítério. Revista Mensal de Cultura**. Lisboa, nº 2, Dez. 1975, p. 8-11.

LOURENÇO, Eduardo. **Do colonialismo como nosso impensado**. Lisboa: Gradiva, 2014.

MAGALHÃES, Júlio. **Os retornados**. Um amor nunca se esquece. 16 ed. Lisboa: Esfera dos Livros, 2011.

RIBEIRO, Margarida Calafate. **Uma história de regressos: Império, Guerra Colonial e pós-colonialismo**. Porto: Edições Afrontamento, 2004.